



Ata Assembleia Ordinária Número Sete

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, na Sede da Junta de Freguesia de Oia, reuniu a Assembleia de Freguesia de Oia, nos termos do Regimento em vigor, para a realização de uma reunião, conforme convocatória oportunamente enviada, com a seguinte ordem de trabalhos:

- I. Período de “Intervenção Aberto ao Público”
- II. Período antes da “Ordem do dia”

 1. Leitura e aprovação da ata da sessão anterior;
 2. Informação da atividade da Junta de Freguesia referente ao período compreendido entre um de abril de dois mil e dezanove e treze de junho de dois mil e dezanove;

- III. Período da “Ordem do dia”

 1. Apresentação, apreciação e votação da proposta n.º 7/2019 – Primeira Revisão Orçamental;
 2. Apresentação, apreciação e votação da Proposta n.º 8/2019 – Topónimo de arruamento;
 3. Apresentação, apreciação e votação da Proposta n.º 9/2019 – Transferência de Competências, Dec. Lei n.º104/2018;
 4. Apresentação, apreciação e votação da Proposta n.º 10/2019 – Transferência de Competências, Lei n.º50/2018 e o Dec. Lei n.º 57/2019;
 5. Outros assuntos de interesse da Freguesia.

Presidiu à reunião o Sr. Presidente da Mesa Assembleia, Christian Robert Oliveira Simões, coadjuvado por Manuel Leal Ruas e Laura Maria Santos Vela, Primeiro e Segunda Secretários respetivamente. Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros:
Do Partido CDS/PP: Carlos Simões Areias, Fernando Ferreira Batista, Jorge Ascensão Marques.



Do Partido PPD/PSD: Bruno Filipe Teixeira Seabra e Valter de Jesus Matos.

Do Partido UPOB: Elisabete Maria Afonso Pataco e Noémio da Cruz Ferreira.

Faltaram à reunião os seguintes membros:

Do Partido CDS/PP: Ana Paula Vieira Condense Mendonça, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Henriqueta Martins; Raquel Pereira da Silva, que justificou a sua ausência e foi substituída por Cláudia Caldeira Novo; Soraia dos Santos Carvalho, que justificou a sua ausência e foi substituída por Nuno Miguel da Assunção Sousa

O Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a sessão começando por cumprimentar os membros da Assembleia, do Executivo e o público presente.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa passou ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, nomeadamente o “Período de Intervenção Aberta ao Público”, dando assim a palavra ao público presente para se poder pronunciar. Não havendo pedidos de intervenção, passou ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o Período Antes da “Ordem do Dia”. Aqui, iniciou com o alínea um, leitura e aprovação da ata da sessão anterior. Neste ponto, começou por pedir desculpa por não ter enviado a ata da última Assembleia, mas por uma série de motivos, não conseguiu enviar. De seguida, passou a palavra aos membros da Assembleia.

O Sr. Fernando Batista, no uso da palavra e após saudar todos os presentes, começou por propor que a alínea um do primeiro ponto da ordem de trabalhos fosse retificada para “leitura e aprovação das atas de doze de dezembro de dois mil e dezoito e vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove”, pela situação referente às atas, que se passou na Assembleia anterior e uma vez que a ata da Assembleia anterior não foi enviada e por sua vez não poderá ser lida e aprovada.


Sobre a ata da Assembleia Extraordinária o Sr. Fernando Batista lamentou que as suas intervenções nas Assembleias fossem encurtadas nas atas, não se verificando o mesmo nas intervenções dos restantes membros da Assembleia e Executivo. De seguida, o Sr. Presidente da Mesa passou à aprovação desta ata, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com votos a favor dos membros do PSD e UPOB e abstenção dos membros do CDS.

Posteriormente, o Sr. Presidente da Mesa passou para a ata de Assembleia Ordinária número cinco, e passando a palavra ao Sr. Fernando Batista, o mesmo, apontou um erro relacionado com a data da reunião de Assembleia anterior. Ainda no uso da palavra, o Sr. Fernando Batista aproveitou para felicitar a Mesa da Assembleia pelas correções que fizeram na ata. Não havendo mais ninguém a querer pronunciar-se sobre esta ata, o Sr. Presidente da Mesa passou à aprovação da mesma, a qual foi aprovada por maioria, com a abstenção da Sra. Cláudia Novo, do Sr. Nuno Sousa e da Sra. Henriqueta Martins que no uso da palavra mencionou que se absteria em todas as atas, uma vez que não esteve presente nas reuniões.

Finalizada a alínea um do ponto dois, o Sr. Presidente da Mesa passou para a alínea dois do ponto dois do Período Antes da “Ordem do Dia” relativa a informação da junta de Freguesia referente ao período

compreendido entre Informação da atividade da Junta de Freguesia referente ao período compreendido entre um de abril de dois mil e dezanove e treze de junho de dois mil e dezanove, dando de seguida a palavra ao Sr. Presidente do Executivo.....

O Sr. Presidente do Executivo, no uso da palavra, começou por cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, Secretários, membros da Assembleia, colegas do Executivo e público presente. Iniciou a sua intervenção pedindo desculpa pelo Executivo se ter atrasado a entregar o relatório relativo a este ponto, para a Assembleia. Posto isto, pôs à disposição responder às questões dos membros da Assembleia sobre a atividade da Junta de Freguesia referente ao período mencionado. O primeiro a intervir foi o Sr. Bruno Seabra que, no uso da palavra, depois de cumprimentar todos os presentes, felicitou o Sr. Presidente do Executivo por já haver mais uma caixa de multibanco em Oiã, bem como pela retirada de dois carros que estavam abandonados na Freguesia há já alguns anos e ainda, alertou para o facto de ser necessária uma limpeza na rua onde os carros estavam abandonados. No uso da palavra, o segundo a intervir foi o Sr. Valter Matos que começou por cumprimentar todos os presentes. Depois referiu que as atividades da Junta de Freguesia se baseavam muito no “copy-paste” de uns períodos para os outros. Após, lamentou que a situação do parque de estacionamento na Praça do Cruzeiro ainda não tivesse sido resolvida. Também, referiu que nos parques de lazer da Junta de Freguesia, apenas foram feitas limpezas sem ter sido feita mais nenhuma intervenção. Ainda lamentou que a guarda em madeira, que a Junta de Freguesia mandou colocar no Parque do Ribeirinho, não seja segura, aproveitando para mencionar que não existe guarda na ponte que passa o rio. A seguir e com o uso da palavra, o Sr. Fernando Batista foi o terceiro a intervir, alertando o Sr. Valter Matos para a forma como este coloca as questões à Assembleia e ao Executivo, isto é, o Sr. Valter Matos deve colocar as suas questões como uma preocupação e não como um erro do Executivo. Além disso, o Sr. Fernando Batista referiu que as questões ali colocadas mas de responsabilidade executiva externa, o devem ser como vontade da Freguesia e não como a solução para os problemas, cabendo ao Executivo o reporte dessas questões às entidades responsáveis, para que elas possam resolvê-las. Por último, explicou também que assuntos como a limpeza das ruas e outros são feitos por sistema. O quarto membro a intervir foi o Sr. Noémio Ferreira que, no uso da palavra, referiu que as questões colocadas são colocadas como forma de prevenir o Executivo sobre certos assuntos, para que posteriormente a Junta de Freguesia possa avisar e trabalhar com a Câmara Municipal no sentido de resolver essas questões. Também o Sr. Noémio Ferreira frisou a necessidade de se resolver o problema do parque de estacionamento e que a Junta de Freguesia deve pressionar a Câmara Municipal para essa resolução. De seguida, o Sr. Bruno Seabra voltou a intervir e no uso da palavra, esclareceu que os membros da Assembleia não estão a atacar o Executivo, apenas chamam à atenção ao Executivo de situações que se passam na Freguesia e que em relação aos pontos mencionados por ele, apesar de não ter sido a Junta de Freguesia a resolvê-los, também esteve envolvida no processo. Como tal, o Sr. Bruno Seabra também considera importante que se coloquem as questões relativas à Freguesia, para que a



mesma possa levar à Câmara Municipal. Posteriormente, em concordância com o Sr. Bruno Seabra, o Sr. Fernando Batista disse ter sido exatamente essa sua posição. De seguida, o Sr. Presidente da Mesa passou a palavra ao Sr. Presidente do Executivo que argumentou estar sempre a pressionar a Câmara Municipal para a resolução dos problemas e que a situação do parque de estacionamento está entregue à Câmara Municipal. Sobre a abertura da caixa de multibanco, aproveitou para salientar que na realidade abriu-se um balcão aberto ao público com caixa ATM e que outras caixas de multibanco já foram pedidas, mas é necessário saber esperar. O Sr. Presidente do Executivo ainda explicou que muitos assuntos têm procedimentos e tempos específicos e que por isso demoram mais tempo a ser resolvidos, como foi o caso da retirada dos carros. Acerca da limpeza da rua, referiu que há cerca de duas semanas que já está limpa, mas que estes casos também dependem das condições climatéricas, no sentido em que mesmo cortando a relva, passado uns dias ela já está grande. Depois, respondeu ao Sr. Valter Matos que algumas atividades da Junta de Freguesia eram “copy-paste”, porque são atividades que a Junta de Freguesia tem o dever de cumprir e considera normal referir. Quanto à limpeza dos parques, o Sr. Presidente do Executivo indicou que os mesmos estão limpos. No que toca à guarda do parque do Ribeirinho, o Sr. Presidente do Executivo diz que prefere ter aquela guarda do que nenhuma e que cada um terá a sua opinião sobre a segurança dessa mesma guarda. Neste ponto também aproveitou para referir que não tem pessoas qualificadas para fazerem este tipo de serviços. De seguida, o Sr. Presidente da Mesa passou a palavra ao Sr. Valter Matos e o mesmo, argumentou que as Assembleias de Junta de Freguesia, eram a altura corretas para os membros da Assembleia colocarem as questões que considerarem importantes sobre a Freguesia, até porque, o Sr. Presidente do Executivo funciona como mensageiro dessas questões até ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Também declarou ao Sr. Fernando Batista que o Sr. Presidente do Executivo não precisava de advogados de defesa. Após, o Sr. Presidente do Executivo, no uso da palavra, concordou que não precisava de advogados de defesa, mas que todos os membros da Assembleia tinham o direito de intervir argumentar.

Concluída a intervenção do Sr. Presidente do Executivo, o Sr. Presidente da Mesa, passou para o ponto três, Período de “Ordem do Dia” mais concretamente para a alínea um, apresentação, apreciação e votação da proposta n.º 7/2019 – Primeira Revisão Orçamental, passando de imediato a palavra ao Sr. Presidente do Executivo, que por sua vez solicitou que a palavra fosse passada à sua colega Licínia Caldeira, que é especialista nesta área.

A Sra. Licínia Caldeira no uso da palavra começou por cumprimentar todos os presentes e depois explicou a primeira Revisão Orçamental e do PPI, dizendo que “Após o apuramento do saldo de gerência anterior e a apreciação e votação da prestação de contas de 2018, o saldo de gerência pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da receita eventualmente fazendo face à despesa orçamentada, resultando daí a revisão orçamental, tendo em consideração as regras previsionais e os princípios orçamentais, entre os quais o princípio do equilíbrio orçamental, segundo o qual as receitas correntes previstas devem ser

pelo menos iguais às despesas correntes previstas. “, e, mostrou o valor das receitas e das despesas seguindo em anexo a Revisão Orçamental. Uma vez que mais ninguém se quis pronunciar sobre esta proposta, o Sr. Presidente da Mesa passou à aprovação da mesma, onde esta foi aprovada por maioria, com votos a favor dos membros do CDS e UPOB e abstenção dos membros do PPD/PSD. Terminada a votação, o Sr. Presidente da Mesa, passou para a alínea dois do Período de “Ordem do Dia”, apresentação, apreciação e votação da Proposta n.º 8/2019 – Topónimo de arruamento, passando a palavra ao Sr. Presidente do Executivo. Este no uso da mesma explicou que a Câmara Municipal solicitou informação sobre se havia nome de rua ou não para um terreno, no qual um senhor queria fazer uma construção. De facto, a rua tem a designação de rua das Cavadas, no entanto, esta suposta rua vai dar a um sítio sem saída. Como tal, e seguindo os procedimentos dos regulamentos da Câmara Municipal, a mesma para facilitar a situação, sugeriu que esta “rua” se passasse a designar de Cantinho das Cavadas ou Beco das Cavadas. Uma vez que o Sr. Presidente da Junta, pessoalmente, não gosta de Beco das Cavadas, pediu para eliminar este nome e assim ficaria como Cantinho das Cavadas. Não havendo mais ninguém a querer pronunciar-se sobre este assunto, o Sr. Presidente da Mesa passou à votação desta proposta, onde a mesma foi aprovada por unanimidade. De seguida, o Sr. Presidente da Mesa passou para a alínea três do Período “Ordem do Dia”, apresentação, apreciação e votação da Proposta n.º 9/2019 – Transferência de Competências, Dec. Lei n.º104/2018, e alínea quatro do Período “Ordem do Dia”, apresentação, apreciação e votação da Proposta n.º 9/2019 – Transferência de Competências, Dec. Lei n.º104/2018, uma vez que as duas alíneas foram debatidas em simultâneo. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente do Executivo. O Sr. Presidente do Executivo, no uso da mesma, iniciou a sua intervenção dizendo que o assunto da proposta n.º 9/2019 já tinha ido a Assembleia em dois mil e dezoito e que tem a ver com a Loja do Cidadão, também aproveitou para informar que alguns elementos da Junta de Freguesia, estão a fazer formação. O Sr. Presidente do Executivo queixou-se que precisam de mais informação sobre este assunto e que ainda não estão preparados devidamente para aceitar, além de que esta situação só irá dar despesa e que todavia não se sabe quais as compensações que se irão ganhar com estas funções. Também referiu que há um acordo de princípio entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de adiar este assunto para dois mil e vinte e um. De seguida, o Sr. Presidente da Mesa passou o uso da palavra para o Sr. Noémio Ferreira que, no uso da mesma, questionou o Sr. Presidente do Executivo do porquê de não delegarem algumas competências para os funcionários da Junta de Freguesia já este ano, uma vez que algumas dessas competências já estão a ser realizadas por funcionários da mesma. Seguidamente, o Sr. Presidente do Executivo, no uso da palavra respondeu ao Sr. Noémio que alguns serviços realmente já são feitos na Junta de Freguesia, contudo são funcionários da Câmara Municipal que os realizam e, acrescentou que a funcionária Sra. Manuela que é da Junta de Freguesia está a acompanhar uma funcionária da Câmara Municipal numa

formação, para ir aprendendo a fazer esses serviços, e ainda terá uma outra formação. O Sr. Presidente do Executivo explicou também que há assuntos que já são da competência da Junta de Freguesia, mas outros que ainda são da Câmara Municipal, e embora a lei refira que o Executivo pode utilizar o regulamento da própria Câmara Municipal, o Sr. Presidente receia que possam falhar por ainda não terem formação suficiente. Além disso, o regulamento tem de ser aprovado em Assembleia. O Sr. Presidente do Executivo alertou, ainda, para a necessidade de formar mais pessoas e colocar mais pessoas formadas a trabalhar na Junta de Freguesia. Por último, o Sr. Presidente do Executivo pediu que independentemente de qual fosse a votação, os Membros da Assembleia fizessem sugestões sobre como lidar com esta situação.

Entretanto, o Sr. Fernando Batista solicitou o uso da palavra, que depois de lhe ser cedida, usou para corrigir o Sr. Presidente do Executivo, dizendo que a reunião de Assembleia em que se discutiu este assunto já tinha sido em janeiro de dois mil e dezanove e, lembrou que nessa Assembleia, ficou unanimemente decidido que a Junta de Freguesia tinha problemas em relação aos recursos, nomeadamente nos recursos humanos. Como tal, e respondendo ao Sr. Noémio Ferreira, colocar mais trabalho em cima dos serviços administrativos irá aumentar a carga de trabalho dos mesmos, que já se veem aflitos para tratar de todas as situações. O Sr. Fernando Batista lembrou também da reunião realizada com o Sr. Presidente do Executivo, Executivo, Sr. Presidente da Assembleia, e membros da Assembleia, no qual saíram todos com um compromisso em comum. Compromisso esse que foi falhado na reunião de Assembleia de janeiro, pelos elementos do PSD. Neste ponto, o Sr. Fernando Batista questionou o Sr. Bruno Seabra e bancada do PPD/PSD sobre a oportunidade de avançar com os estudos e análises técnicas presentes na Declaração de Voto que eles apresentaram nessa reunião, acerca desta temática.

Posteriormente, o Sr. Presidente da Mesa passou a palavra ao Sr. Valter Matos que, no uso da mesma, e falando sobre o Espaço Cidadão, começou por indicar que no relatório da Atividade da Junta de Freguesia existe um ponto que menciona a intenção da Câmara Municipal transferir esta competência para a Junta de Freguesia, seguido da respetiva compensação por esta transferência. Também mencionou que uma outra Freguesia vizinha que já tem o Espaço Cidadão na Junta de Freguesia e referiu a compensação por eles recebida por estes serviços. De seguida, questionou o Executivo sobre as bases pelas quais os membros da Assembleia se podem guiar, para poder tomar uma decisão em relação a este assunto, uma vez que não têm acesso aos dados necessários. Neste ponto deixou uma crítica ao Executivo sobre o mesmo não fazer o “trabalho de casa” e procurar saber quais as compensações que a Junta de Freguesia receberá por este espaço.....

Seguidamente, o uso da palavra passou para o Sr. Bruno Seabra que lamentou ter ouvido alguns termos utilizados em nome dele e afirmou não ter falhado com a sua proposta. Esclareceu que houve uma reunião na qual o Sr. Presidente do Executivo convidou a bancada do CDS, do PSD e da UPOB e que



nessa reunião, foi exposta uma proposta pelo Sr. Chambel, a qual dizia que não tinham condições para aceitar esta situação isto é, ainda não tinham dados suficientes para avançarem. Lembrou que nessa reunião ninguém disse que concordava ou discordava, apenas que iriam pensar e ver que pontos eram importantes para avançar. Também explicitou que o que está presente na Declaração de Voto, que apresentou na reunião de Assembleia de janeiro, é que ele se absteve por não deter dados suficientes para se decidir. Sobre as propostas apresentadas na presente reunião de Assembleia, e em especial sobre o Espaço Cidadão, diz que o entrave não é a formação, mas sim a falta de vontade. Ainda referiu que pelo Decreto Lei, a passagem de competências para Junta de Freguesia automaticamente traz funcionários para a mesma. Por último, apresentou uma Declaração de Voto à Proposta n.º 9/2019 – Transferência de Competências, Dec. Lei n.º104/2018 e à Proposta n.º 10/2019 – Transferência de Competências, Lei n.º50/2018 e o Dec. Lei n.º 57/2019 e afirmou que o voto do PPD/PSD para estas propostas é contra.... Para finalizar este ponto o Sr. Presidente da Mesa passou a palavra ao Sr. Presidente do Executivo, no uso da mesma referiu que nenhuma Junta de Freguesia deste município fez o “trabalho de casa” de saber as compensações destes serviços e que nem a Câmara Municipal sabe qual é a compensação. Explicou que as Juntas de Freguesia, têm de esperar que o Governo diga. O que se sabe é que o dinheiro vai sair todo da Câmara Municipal, isto é, o Estado vai retirar à Câmara através do IMI e do IRS. É o Estado que diz quanto é que vai transferir para cada Junta de Freguesia, por isso é que os valores não estão apresentados no relatório da Atividade da Junta de Freguesia. Quanto à falta de vontade que o Sr. Bruno Seabra mencionou, o Sr. Presidente do Executivo diz que tem vontade de trabalhar e quanto à Declaração de Voto que o Sr. Bruno Seabra apresentou, o Sr. Presidente do Executivo não concorda mas respeita. No entanto, afirmou não admitir incoerências.....

Posto isto, o Sr. Presidente da Mesa passou à aprovação das propostas. A Proposta n.º 9/2019 – Transferência de Competências, Dec. Lei n.º104/2018 foi aprovada por maioria, com votos contra do PPD/PSD e votos a favor do CDS e UPOB. A Proposta n.º 10/2019 – Transferência de Competências, Lei n.º50/2018 e o Dec. Lei n.º 57/2019 foi aprovada por maioria, com votos contra dos membros do PPD/PSD e votos a favor dos membros do CDS e da UPOB.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa antes de passar à próxima alínea e respondendo a uma questão colocada na reunião de Assembleia anterior, lamentou a ausência de vários elementos que fazem parte da comissão de trabalho do apuramento associativo nas reuniões realizadas, para se poder elaborar o Regulamento Associativo. Posto isto, e dando continuidade a sessão o Sr. Presidente da Mesa passou para a alínea cinco “Outros assuntos de interesse da Freguesia” do Período de “Ordem do Dia” dando a palavra ao Sr. Presidente do Executivo.

No uso da palavra o Sr. Presidente do Executivo agradeceu e concordou com as palavras do Sr. Presidente da Mesa, também o lembrou que o regulamento antes de ir a Assembleia tem de ser aprovado pelo Executivo. De seguida, explicou que o Executivo está coberto com um seguro de acidentes pessoais, e



que seria melhor que os membros da Assembleia também estivessem. Considerou que o plafom deveria ser igual ao que o Executivo aprovou para eles, no valor de setenta mil euros.

Cedida a palavra ao Sr. Fernando Batista, no uso da mesma concordou com este seguro, mas considera que uma vez que os membros da Assembleia têm menos deslocações e com distâncias mais curtas e que o trabalho do Executivo tem uma carga de trabalho superior ao da Mesa de Assembleia, o valor pudesse ser inferior ao do Executivo, em defesa do Orçamento da Junta.

No uso da palavra o Sr. Presidente do Executivo respondeu ao Sr. Fernando Batista que o valor não é muito alto, o valor da Assembleia é quarenta e cinco euros por ano e o do Executivo é sessenta e nove euros por ano, também indicou sobre o que o seguro contempla para os membros da Assembleia. Ainda informou que se por exemplo já tivessem o seguro, as pessoas que estão a substituir os membros que estão a faltar também estariam salvaguardadas.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa questionou os membros da Assembleia e todos aprovaram a apólice do seguro para Assembleia. Posteriormente, passou a palavra aos membros da Assembleia para que pudessem pronunciar-se sobre temas do interesse da Freguesia.

O primeiro a intervir foi o Sr. Fernando Batista que, no uso da palavra, começou por se queixar por o Sr. Presidente da Mesa lhe ter retirado a palavra mais do que uma vez e lembrou que ele tem os mesmos direitos que os outros membros. Após, respondeu ao Sr. Valter Matos que tem tanto direito a falar como os outros e que tem direito a ter a suas opiniões. Também explicou que não esteve a defender o Sr. Presidente do Executivo, esteve apenas a defender a sua própria opinião e a sua posição. Aqui, o Sr. Presidente da Mesa lembrou que este ponto serve para debaterem assuntos de interesse da Freguesia. De seguida, o Sr. Fernando Batista recordou o Sr. Presidente da Mesa de algumas questões que ficaram por responder na Assembleia anterior, nomeadamente se o Sr. Presidente da Mesa já tinha analisado a Declaração de Voto que ele apresentou na reunião de Assembleia de doze de dezembro de dois mil e dezoito. Voltou a mencionar que algumas atas que estão no *site* da Junta de Freguesia não estão assinadas com as assinaturas que correspondem às assinaturas da tomada de posse. E ainda, questionou o Sr. Presidente da Mesa se já tem prevista a visita à freguesia.

O Sr. Presidente da Mesa, no uso da palavra, respondeu que relativamente às atas que estão no *site* da Junta de Freguesia, o assunto já está a ser tratado. Sobre o Regulamento Associativo referiu que já teve algumas reuniões e que o Sr. Presidente do Executivo se disponibilizou para ajudá-lo, fazendo correções nesse mesmo Regulamento, e que ficou decidido que na próxima Assembleia irão trazer este assunto a discussão para que o Regulamento possa entrar em vigor em dois mil e vinte, que foi o que ficou decidido. Por fim, voltou a apelar para que todos trabalhassem em conjunto em prol da Freguesia.

O próximo a intervir foi o Sr. Valter Matos que perguntou ao Sr. Presidente do Executivo se poderia dar-lhe uma nota sobre o caso que agora se anda a passar no largo da Capela no Rego, já que a GNR anda a passar multas aos carros lá estacionados. Depois, sugeriu ao Sr. Fernando Batista que saísse da

Assembleia, visto que as suas intervenções são sempre relativas às atas e nunca sobre os interesses da Freguesia.

De seguida, e no uso da palavra a Sra. Elisabete Pataco começou por cumprimentar todos os presentes. Depois referiu que algumas pessoas das Agrads foram ter com ela a queixar-se do saneamento, dos contentores do lixo que ficam cheios durante alguns dias e da existência de muitas ninhadas de gatos. Informou estes assuntos ao Executivo, para que eles possam levar à Câmara Municipal. Por último, também questionou o Sr. Presidente da Mesa se já tem agendada a visita à Freguesia.

Entretanto, o Sr. Fernando Batista no uso da palavra respondeu que percebe o incómodo que pode ser na Assembleia e disse que todas as intervenções foram pelo bem da Freguesia.....

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa, no uso da palavra, disse ao Sr. Fernando Batista que sempre foram francos um com o outro e que até acha que têm uma empatia grande um pelo outro, referindo que ele próprio sempre foi humilde para reconhecer quando precisa de ajuda e, por isso, agradeceu as intervenções do Sr. Fernando Batista. Esclareceu que anda atarefado, mas que tenta cumprir tudo a que se propõe.

A seguir quem interveio foi o Sr. Bruno Seabra que lamentou que Sr. Fernando Batista esteja sempre a levantar questões sobre as atas em vez de levantar questões sobre a Freguesia, e que se perde muito tempo das reuniões a debater o assunto das atas, quando as reuniões deveriam ser maioritariamente para falar de assuntos da Freguesia. Também lamenta que a bancada do CDS não levante questões sobre a Freguesia. Após, fez uma chamada de atenção para o que se passou esta semana, com o incêndio de uma fábrica da Freguesia e questionou o Sr. Presidente do Executivo sobre o que está a ser feito para que isto não volte a acontecer. No uso da palavra, o Sr. Presidente do Executivo respondeu que foi dos primeiros a intervir, que viu fumo e alertou logo os bombeiros e foi para o local. Entretanto e já estando lá, as entidades responsáveis e mais elementos do Executivo foram para os seus compromissos, mas sempre em comunicação com as entidades competentes. Disse que o empresário quer reconstruir a fábrica, mas que a única coisa que a Junta de Freguesia pode fazer é pedir à Câmara Municipal para acelerar os processos. Respondendo ao Sr. Bruno Seabra, o Sr. Presidente do Executivo referiu que os membros não devem intervir enquanto bancada, mas sim enquanto membros individuais, mostrando as suas preocupações. Acerca do assunto da GNR disse que não era só no Rego, mas sim em toda a Freguesia, e pediu para que o Sr. Valter Matos mandasse carta para a Junta de Freguesia, para se ver como se pode resolver. Respondendo à Sra. Elisabete Pataco esclareceu que o saneamento já esta a ser tratado, sobre o lixo está a acontecer em vários lugares e a Junta de Freguesia, tem pressionado a Câmara Municipal para tratar do assunto, e em relação aos gatos vão ver o que podem fazer. Voltou a falar na Festa da Flor indicando que já tem mais de mil inscritos, e mais uma vez, convidou os membros da Assembleia para aparecerem. Também mencionou que a Geminação com Oia em Pontevedra, foi aprovada e que vão assinar a carta de Geminação. Depois da carta assinada, têm condições para fazer uma candidatura a

apoios comunitários. E, explicou que um ano candidatam-se os portugueses, no outro os espanhóis, mas que ambos recebem o apoio todos os anos. Por último, informou que foram selecionados no projeto de Ecofreguesias.

O Sr. Bruno Seabra solicitou o uso da palavra, a mesma sendo cedida, e desta forma esclareceu que quando mencionou o assunto do incêndio, queria dizer que os bombeiros disseram ter dificuldade porque naquela zona não havia nenhuma boca-de-incêndio. Como tal, a sua questão era sobre o que se estava a fazer sobre este problema.

No uso da palavra, o Sr. Presidente do Executivo, explicou que o problema das bocas-de-incêndio é da responsabilidade da ADRA, pelos vistos muitas bocas-de-incêndio não estão a funcionar e parece que é para que as que estão a funcionar possam ter mais pressão. Contudo, esclareceu que os bombeiros têm conhecimento desta situação.

Por último, e no uso da palavra, o Sr. Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e desejou boas férias a todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia da qual, foi elaborada a presente ata, tendo sido as suas deliberações aprovadas em minuta na reunião em curso com a concordância de todos os elementos da assembleia presentes, sendo sido assinada nos termos da lei.

O Presidente da Mesa



O Primeiro Secretário



O Segundo Secretário





Apresentação Relatório de Gestão e Contas 2018

A prestação de contas é um ato que significa obrigação de explicar, justificar e divulgar todas as atividades desenvolvidas durante determinado exercício económico e financeiro, bem como a forma como foram cumpridas as responsabilidades.

A execução do orçamento permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados, durante o exercício económico.

O Orçamento inicial da Receita para 2018, foi aprovado com uma previsão de receitas no montante 249.400,00 €, após as revisões, o Orçamento final da receita, foi aprovado com um montante 299.995,27 €. A receita liquidada e cobrada totalizou um montante de 287.138,35 €, o que resulta uma taxa de execução 95,71%.

A receita corrente totalizou um montante de **267.704,35 €** e a receitas de capital totalizaram **19.434.00 €**.

A receita total, relativamente a 2017, aumenta na ordem dos 9.39%.

O classificador económico em que arrecadámos um maior volume de receita foi "06 – Transferências correntes", que provém essencialmente do Fundo de Financiamento das Freguesias e das transferências provenientes da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, do Protocolo de Delegação de Competências, representam em conjunto, 78% da receita total.

As escassas receitas próprias tornam-nos demasiado dependentes das transferências do estado.

Orçamento inicial da despesa para 2018, foi aprovado com uma previsão de despesa no montante de 249.400,00 €, após a respetiva revisão, o orçamento final da despesa, foi aprovado com um montante de 299.995,27 €. A despesa realizada e paga totalizou um montante de 297.695,06 €, resultando uma taxa de execução de 99,23%.

As despesas correntes totalizaram o montante **188.948,72 €** e despesas de capital **108.746.34 €**

A despesa total, relativamente a 2017, aumenta na ordem dos 18.67%.



Apresentação Relatório de Gestão e Contas 2018

As despesas com pessoal representam 39% das despesas totais. A aquisição de bens e serviços representa 19% do total das despesas, sendo a segunda rubrica de despesa CORRENTE com maior peso.

“Aquisição de Bens de capital” representa 37% das despesas Totais, que é encarado segundo uma ótica de natureza de investimento, pelo que, se compreenderão, exclusivamente, as despesas com a aquisição e também as grandes reparações dos bens que contribuam para a formação de «capital fixo».

O investimento total realizado foi de **108,746.34€**, resultou numa taxa de execução de 98.15%.

Resumo Orçamental

Saldo Gerência anterior	20,595.27 €
Total Receita	287,138.35 €
Total Despesa	297,695.06 €
Saldo Gerência Seguinte	10,038.56 €

Na análise aos mapas de controlo orçamental e fluxos de caixa conclui-se que a Junta de Freguesia de Oia obteve saldo positivo de **10,038.56 €**

O Relatório reflete o trabalho realizado pela Junta de Freguesia e deve-se a uma equipa de trabalho que dá o seu melhor, com espírito construtivo, e da vontade de servir a nossa freguesia.

Contudo, é com o espírito de dever cumprido que o Executivo apresenta à Assembleia de Freguesia o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2018, para que seja aprovado.

Estamos ao serviço da comunidade, com dedicação, empenho, competência, rigor e uma gestão transparente. Estamos ao dispor de todos, para prestar qualquer esclarecimento.



Revisão Orçamental

Após o apuramento do saldo de gerência anterior e a apreciação e votação da prestação de contas de 2018, o saldo de gerência pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da receita eventualmente fazendo face à despesa orçamentada, resultando daí a revisão orçamental, tendo em consideração as regras previsionais e os princípios orçamentais, entre os quais o princípio do equilíbrio orçamental, segundo o qual as receitas correntes previstas devem ser pelo menos iguais às despesas correntes previstas.

Na receita:

- A incorporação do saldo apurado, na revisão orçamental implica, o seu registo na rubrica "160101 - Saldo da Gerência anterior - Saldo Orçamental - Na posse do serviço", no montante de **10,038.56 €**.

Na Despesa:

- O reforço da dotação da rubrica "010107 - Pessoal em regime de tarefa ou avença", no montante de **4,800.00 €**.
- O reforço da dotação da rubrica "010301 - Encargos com a saúde", no montante de **200.00 €**.
- O reforço da dotação da rubrica "020218 - Vigilância e segurança", no montante de **1,000.00 €**.
- O reforço da dotação da rubrica "020225 - Diversos", no montante de **738.56 €**.
- O reforço da dotação da rubrica "06020305 - Outros", no montante de **300.00 €**.
- O reforço da dotação da rubrica "07010301 - Instalações de serviços", no montante de **1,000.00 €**.
- O reforço da dotação da rubrica "07010307 - Outros", no montante **1,000.00 €**.
- O reforço da dotação da rubrica "0701040501 - Largos e Parques e Lazer", no montante de **500.00 €**.
- O reforço da dotação da rubrica "07010412 - Cemitérios", no montante de **500.00 €**.